



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 67, DE 02 DE AGOSTO DE 2021.



**AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE  
USO DE IMÓVEL AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE  
SAMAMBAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Município de Montes Claros autorizado a conceder o direito real de uso de imóvel, descrito no inciso do presente artigo, situado na Comunidade de Samambaia, Distrito Vila Nova de Minas, neste Município, com área total de 1.253,33 m<sup>2</sup> (um mil, duzentos e cinquenta e três metros e trinta e três decímetros quadrados), ao Conselho Comunitário de Samambaia:

*I – Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, de coordenadas N8.180.989,740m e E 625.349,408m, situado na comunidade de Samambaia; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 110°18'15" e 20,70 m até o 1, de coordenadas N 8.180.982,557m e E 625.368,822m; 181°44'17" e 17,16m até o vértice 2, de coordenadas N 8.180.965,408m e E 625.368,302m; 190°47'57" e 35,90m até o vértice 3, de coordenadas N 8.180.930,142m e E 625.361,575m; 277°47'23" e 23,35m até o vértice 4, de coordenadas N 8.180.933,306m e E 625.338,445m; 10°59'36" e 57,49m até o vértice 0, de coordenadas N 8.180.989,740m e E 625.349,408m; chegando ao vértice inicial da descrição deste perímetro.*

**Parágrafo Único.** O imóvel objeto da concessão do direito real de uso será utilizado, exclusivamente, para a instalação da sede do concessionário, vedada forma diversa de sua utilização, exceto a utilização de parte do aludido imóvel pelo Município para a instalação de uma Unidade da Estratégia Saúde da Família – ESF.

**Art. 2º** – Os custos e despesas relativas ao funcionamento, conservação, manutenção e reformas da edificação serão de exclusiva responsabilidade do concessionário.

**Art. 3º** – O prazo da concessão autorizada por esta lei será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e será regida pelas cláusulas e condições do instrumento contratual a ser celebrado com o Município, cabendo ao concessionário a partir daí, todas as providências para a plena regularização da concessão.

Otávio Batista Rocha Machado  
Procurador-Geral  
OAB/MG 89.836

**Art. 4º** – Resolve-se a presente concessão antes do prazo descrito no artigo anterior se o concessionário der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

**Art. 5º** – Fica dispensada a concorrência de que trata o *caput* do art. 107 e o §1º, do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do seu art. 107, § 1º, em razão do justificado interesse público.

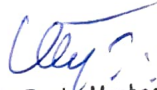
**Parágrafo único.** Fica também reconhecido, para a referida concessão, a inexigibilidade do chamamento público, nos termos do art. 31, da Lei Federal nº. 13.019/14.

**Art. 6º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 02 de agosto de 2021.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

  
Otávio Batista Rocha Machado  
Procurador-Geral  
OAB/MG 89.836